

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.495.411 - MS (2019/0122393-9)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : LAGONDOLA PIZZARIA LTDA
ADVOGADOS : GERVASIO ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR - MS003592
TALITA FERNANDES DE OLIVEIRA - MS009028
AGRAVADO : KIRTON BANK S.A. - BANCO MULTIPLO
ADVOGADOS : RENATO CHAGAS CORRÊA DA SILVA - MS005871
CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS - MS012002
CELICE IVANAGA VELASQUES - MS016595
NATALIA HONOSTÓRIO DE REZENDE - MS013714
RODOLFO FREGADOLLI GONÇALVES E OUTRO(S) - MS016338
INTERES. : LUCELENA DA SILVA TAVARES LOPES
INTERES. : FRANCISCO DE ASSIS EMERSON CEZAR LOPES

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE DECIDIU TODA A CONTROVÉRSIA POSTA DE MANEIRA INTEGRAL E COM FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. DISPOSITIVOS VIOLADOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 211/STJ.

AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por LAGONDOLA PIZZARIA LTDA, em face da decisão que negou seguimento a recurso especial, aviado pela alínea "c", do art. 105, III, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul.

Em suas razões, a parte recorrente infirmou especificamente as razões da decisão agravada (e-STJ fls. 244/251).

No recurso especial, a recorrente alega ofensa aos artigos 1.022 do Código de Processo Civil/2015, e, 39, e, 51 do Código de Defesa do Consumidor, além de divergência jurisprudencial.

Superior Tribunal de Justiça

Defende, em síntese, negativa de prestação jurisdicional, eis que, *"incorreu em omissão/contradição o nobre julgador, pois, apesar de constar no acórdão recorrido que 'Ainda que não fossem matérias de ordem pública, no âmbito do STJ é admitido o cabimento de outras questões, desde que não demandem dilação probatória, deixou de analisar as questões levantadas neste caso que independem de dilação probatória'"* (e-STJ Fl. 205).

Alega que *"tratando-se de relação de consumo, as cláusulas abusivas do contrato em questão são, de fato, matérias de ordem pública, e ainda que não fossem, por independem de dilação probatória deveriam ter sido apreciadas de ofício pelo órgão jurisdicional, o que não foi feito nem em 1ª instância pelo juízo singular, nem em 2ª instância pelos nobres desembargadores"* (e-STJ Fl. 213).

Pede o provimento do recurso.

É o relatório.

Passo a decidir.

Inicialmente, registre-se que o recurso em análise foi interposto contra decisão publicada na vigência do Novo Código de Processo Civil, de forma que deve ser aplicado ao caso o entendimento firmado no Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual *"aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC"*.

Os embargos declaratórios não merecem acolhida. No caso não se configura a existência de quaisquer das deficiências apontadas, pois o acórdão embargado enfrentou e decidiu, **de maneira integral e com fundamentação suficiente**, toda a controvérsia posta no recurso, senão vejamos:

"Necessário destacar que sobre a legalidade da utilização da Tabela Price, na Corte Especial do STJ, julgamento do REsp 1124552/RS, em 03.12.14, decidiu-se que a matéria exige prova pericial e não cabe ao Judiciário julgar se há ou não a prática de anatocismo.

(...)

Superior Tribunal de Justiça

Analizou-se no acórdão que a análise acerca da legalidade da utilização da Tabela Price - mesmo que em abstrato - passa, necessariamente, pela constatação da eventual capitalização de juros (ou incidência de juros compostos, juros sobre juros ou anatocismo), que é questão de fato e não de direito, motivo pelo qual não cabe ao STJ apreciar isso em recurso especial (Súmulas 5 e 7 do STJ).

A análise de eventual anatocismo deve, então, ser feita individualizadamente em cada contrato envolvido, baseada na perícia realizada.

Assim, considerando que tal análise não é objeto de exceção de pré-executividade, sem razão os embargantes quanto ao pedido de atribuição de efeito infringente ao julgado para reconhecer a ilegalidade da cobrança de juros compostos duplicados.

No mais, os embargantes visam à rediscussão da matéria, por não concordar com o resultado do julgamento, o que, como se sabe, é inadmissível em sede de embargos de declaração" (e-STJ Fl. 197).

Percebe-se que á conta de suposta irregularidade no decisum pretende, em verdade, a parte recorrente o rejugamento da causa.

Por fim, Quanto à apontada violação aos arts. 39, e, 51 do Código de Defesa do Consumidor, o recurso especial não pode ser conhecido, pois, sobre a matéria de que tratam essas normas, não houve emissão de juízo pelo acórdão recorrido, mesmo com a oposição dos embargos de declaração, fazendo incidir a orientação disposta na Súmula 211/STJ.

Cumprasseverar que, referidos óbices aplica-se ao recurso especial interposto por ambas as alíneas do permissivo constitucional.

Ante o exposto, CONHEÇO do agravo para NEGAR PROVIMENTO ao recurso especial.

Advirta-se que a apresentação de incidentes manifestamente infundados ou protelatórios será reputada litigância de má-fé.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator

